



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 5 de maio de 2023

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quinta-feira		Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,37% São Paulo	104.432	Últimos	R\$ 1.320		13,65%	13,65%	Novembro/2022 0,41
0,86% Nova York	102.174	27/abril 4,980					Dezembro/2022 0,62
	28/4 2/5 3/5 4/5	28/abril 4,987					Janeiro/2023 0,53
		2/maio 5,047					Fevereiro/2023 0,84
		3/maio 4,992					Março/2023 0,71

GOVERNO

Lula reabre Conselho com crítica a juros e BC

Órgão destinado a debater problemas do país e políticas públicas volta com representação social mais diversificada

» RAFAELA GONÇALVES

Reprodução/TV Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) formalizou ontem, a recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), também conhecido como “Conselhão”, espaço destinado a debater agendas e temas de interesse dos mais diversos segmentos da sociedade. Com 246 representantes, que vão de banqueiros e empresários a ativistas, artistas, intelectuais e representantes de cooperativas, o grupo serve para dar sugestões ao presidente da República.

Na primeira reunião do grupo, ontem, na sede do Itamaraty, os integrantes focalizaram suas críticas nos juros altos, na desigualdade social e no crescimento da pobreza no país. Lula engrossou o coro de críticas ao patamar da taxa básica de juros (Selic), que foi mantida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) em 13,75%, nesta semana. “É muito engraçado esse país, onde todo mundo aqui pode falar de tudo, só não pode falar de juros”, ironizou o presidente. “Todo mundo tem que ter cuidado. Ninguém fala de juros, como se um homem sozinho pudesse saber mais do que a cabeça de 215 milhões de pessoas”, emendou, em referência ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

O governo também aproveitou a oportunidade para fazer um aceno ao agronegócio. Na semana passada, os organizadores do Agrishow, principal feira voltada ao setor, em Ribeirão Preto (SP), convidaram o ex-presidente Jair Bolsonaro para a abertura do evento, em detrimento da presença do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que, por conta disso, cancelou a visita. “Temos aqui no Conselho uma presença maior do que nas edições anteriores de empresas do agronegócio”, declarou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O segmento, um dos mais críticos à gestão petista, foi contemplado com 11 assentos no conselho, incluindo o presidente da Cosan, maior empresa do setor sucroalcooleiro, Rubens Ometto, Erafi Maggi, empresário do ramo da soja, e o presidente da Confederação da Agricultura



Lula, ao discursar perante os conselheiros, na sede do Itamaraty: críticas renovadas ao Banco Central e acenos ao agronegócio



Não é um espaço para as pessoas falarem bem do governo, para fazer diagnóstico. É para ajudar a governar esse país, dizerem como vocês querem que as coisas sejam feitas”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

e Pecuária (CNA), João Martins. Em contraponto, Ayala Ferreira, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), aliado do governo, também integra o colegiado.

Criado em 2003, o Conselho funcionou por mais de 15 anos, até ser extinto em 2019 pelo então presidente Jair Bolsonaro. Lula destacou que programas como o Minha Casa, Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o crédito consignado e a política de valorização do salário mínimo surgiram de diálogos no Conselho.

Para o presidente, o órgão desempenhará um papel importante para vencer desafios como a fome, as desigualdades e as urgências ambientais. “Cada setor e cada movimento aqui representados enxergam de forma diferente esses e os muitos outros desafios que temos pela frente. Cada qual tem suas próprias demandas, suas próprias

propostas. E é justamente essa riqueza do conselho”, destacou.

“Não é um espaço para as pessoas falarem bem do governo, para fazer diagnóstico. É para ajudar a governar esse país, dizerem como vocês querem que as coisas sejam feitas. Não é espaço de queixa, reclamação, é um espaço de produção”, acrescentou.

Grupo plural

Dos 246 conselheiros, há 113 empresários, 83 representantes da sociedade civil e 46 integrantes de movimentos sociais e organizações sindicais. Na relação, são 97 mulheres, o que representa 40% do total, com nomes como Luiza Trajano (Magazine Luiza), Ana Paula Vescovi (Banco Santander) e Carla Crippa (Ambev). O objetivo é tornar a configuração do colegiado mais plural do que em anos anteriores.

“A grande novidade na composição desse Conselho é que

ele está ainda mais representativo e diverso do que antes. Temos uma participação maior dos movimentos sociais e dos novos setores da economia, a exemplo de startups e fintechs. Avançamos na representação regional e racial, e também em gênero”, disse Lula.

A lista de membros inclui ainda representantes da sociedade civil como a apresentadora Bela Gil, o youtuber Felipe Neto, Nath Finanças, o cineasta Jorge Furtado, o padre Júlio Lancellotti e o escritor Gabriel Chalita.

Na ocasião, vários convidados defenderam a queda dos juros, a reforma tributária e um ambiente de negócios com segurança jurídica. “Acabar com a pobreza e melhorar a qualidade de vida só é possível através do crescimento. Mas, hoje, com essa taxa de juros é impossível investir e produzir”, disse o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade.

Paralisa no FGTS

» ROSANA HESSEL

Passados quatro meses do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governo ainda não bateu o martelo sobre os nomes dos seis representantes da União no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A demora está deixando os representantes da sociedade civil resabiados, pois, desde o início do ano, nenhuma reunião do Fundo foi realizada.

De acordo com representantes de construtoras, a falta de definição no Conselho pode prejudicar obras para o Minha Casa Minha Vida, um dos principais programas retomados pelo novo governo. É que, devido ao aumento dos preços dos imóveis, o limite para os financiamentos com recursos do FGTS esbarra no valor, que varia de acordo com cada município.

No caso de Brasília, esse limite é de R\$ 264 mil, mas existem empreendimentos com valores superiores, de acordo com um representante do setor de construção. “Tem uma faixa do Minha Casa que ficou no limbo e é preciso um reajuste em torno de 15% nesse limite”, afirmou uma fonte do setor.

O Conselho está sendo reestruturado, e apenas uma cadeira do lado do governo foi preenchida, a da presidência, que fica a cargo do ministro do Trabalho, Luiz Marinho. A pasta tem mais uma indicação para fazer. As outras cadeiras ficam com os ministérios da Casa Civil, das Cidades, da Fazenda e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A Casa Civil e o Ministério do Trabalho não comentaram o assunto e não deram previsão de quando as indicações devem ocorrer. De acordo com fontes próximas ao Conselho, o atraso reflete as dificuldades políticas do governo para compor a base aliada no Congresso.

PREVIDÊNCIA

Decreto antecipa 13º de aposentados

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), assinou, ontem a noite, um decreto para antecipar o 13º de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o governo federal, a antecipação, que tradicionalmente é realizada no segundo semestre, será feita em duas parcelas, nos meses de maio e junho e vai custar R\$ 62,6 bilhões.

A intenção do governo é aumentar o poder de compra das pessoas e, dessa forma, estimular

a economia. Ao todo, 30 milhões de pessoas vão receber a antecipação. O pagamento dos recursos extras será feito nas datas em que os segurados recebem, habitualmente, os benefícios.

O abono é tradicionalmente pago no segundo semestre de cada ano, em agosto e em novembro. Terão direito ao abono anual os dependentes da Previdência Social que recebam aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente e auxílio-reclusão. O decreto será publicado no Diário Oficial da União de hoje.

No governo Bolsonaro, o pagamento do 13º aos beneficiários do INSS também foi antecipado para estimular a economia. Nos últimos três anos houve antecipações: em 2020, as parcelas foram pagas em abril e junho. Já em 2021, o pagamento aconteceu em maio e julho. Em ambos os anos, a justificativa foi à pandemia de covid-19. Já em 2022, ano de eleições gerais, o pagamento se deu em maio e junho.

Por lei, não têm direito aqueles que recebem benefícios assistenciais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Por isso, o número de benefícios com o 13º salário é menor do que o número total de benefícios pagos pelo INSS.

A antecipação do benefício alcança todos os estados brasileiros e representa uma injeção de recursos nos mercados locais.

O valor mínimo das aposentadorias corresponde a um salário mínimo, que passou de R\$ 1.302, em abril, para R\$ 1.320 neste mês. O aumento, contudo, não alterou os valores dos benefícios do INSS acima do salário-mínimo. O teto dos benefícios previdenciários do INSS é de R\$ 7.507,49.

Marcello Casal, Jr./Agência Brasil



Medida beneficiará 30 milhões e injetará R\$ 62 bilhões na economia